

JUVENTUDE, ESCOLARIZAÇÃO E PODER LOCAL

SEGUNDO RELATÓRIO CIENTÍFICO

REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS-SC

PERÍODO: Fevereiro de 2004 a Fevereiro de 2005

Coordenadoras da Pesquisa:

Olga Celestina da Silva Durand

Sonia Aparecida Branco Beltrame

Florianópolis, julho de 2005

Pesquisadores da Região Metropolitana de Florianópolis – SC

Pesquisadoras Doutoras:

Olga Celestina da Silva Durand

Sônia Aparecida Branco Beltrame

Pesquisador Doutor:

Antônio Munarim

Pesquisadora Doutoranda:

Doris Regina Marroni Furini

Pesquisador Mestre:

Donizeti José de Lima

Francisco Canella

Pesquisadores Mestrandos

Fábio Luiz de Aguiar

Cláudio Abarca Arenas

Bolsista de Iniciação Científica:

Cíntia Oligário

Roberta Baretta

ÍNDICE

Introdução	p.1
Contextualizando a Região Metropolitana de Florianópolis- Santa Catarina	p.4
Ações destinadas a Juventude- Programas e Projetos	p.13
Ações destinadas a Educação de Jovens e Adultos	p.26
Referências Bibliográficas	p. 36
ANEXOS:	
Artigo Juventude(s) entre Problemas e Direitos	p.40

INTRODUÇÃO

Os dados que dão base a esta análise foram coletados entre outubro de 2003 e fevereiro de 2004. O trabalho de investigação iniciou-se com a pesquisa de dados demográficos, identificação dos quadros administrativos, dados educacionais e demais informações relativas à gestão e organização dos municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José.

Após a identificação dos responsáveis pelos programas e projetos dos dois eixos temáticos - Juventude e Educação de Jovens e Adultos - a equipe local fez contatos com os gestores do Município a fim de agendar entrevistas para aplicação dos primeiros questionários. Esses contatos nos possibilitaram acessar informações complementares e o preenchimento das fichas de identificação dos municípios. Os pesquisadores priorizaram na organização dos trabalhos um modo de ação que possibilitasse a integração dos dois eixos da pesquisa. Os dados colhidos nessas incursões foram trabalhados em várias etapas, as quais sintetizamos no presente texto, enfatizando os aspectos políticos, sociais, culturais e educacionais. No que se refere às questões da linha de pesquisa Juventude, apresentamos a análise dos dados sob seguintes enfoques: 1) Característica sócio-econômica dos municípios investigados; 2) Descrição da dinâmica sócio-política; 3) Apresentação e comentários dos dados colhidos; 4) Síntese sobre as concepções da juventude reveladas pelos Gestores e coordenadores dos Projetos e Programas. Até este estágio da pesquisa o foco principal de nossa atenção tem sido as falas dos gestores e coordenadores de programas e projetos com o intuito de captar as concepções de juventude que os fundamentam.

1.CONTEXTUALIZANDO A REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA

1.1 Caracterização sócio-econômica dos municípios da Região Metropolitana de Florianópolis.

O total da população compreendida na investigação situa-se em torno de 666.675 habitantes, de acordo com o Censo de 2000. Deste total, 134.214 compõem a população situada na faixa etária entre 15 e 24 anos. É importante salientar, ainda, que estes municípios têm, de modo geral, uma boa colocação no ranking nacional nos níveis de escolaridade e também os de inclusão social.

Tabela 1 - População residente/ RM Florianópolis

Biguaçu	48.077
Florianópolis	342.315
Palhoça	102.724
São José	173.559
Total	666 675

IBGE 2000

Tabela 2 –População de 15-24 anos/ RM Florianópolis

Biguaçu	9.322
Florianópolis	69.989
Palhoça	19.940
São José	34.963
Total	134.214

IBGE 2000

Tabela 3- Índice de exclusão social/ Ranking Brasil e universo da pesquisa

Municípios	Ranking pesquisa	Ranking Nacional
Biguaçu	36	708
Florianópolis	2	3
Palhoça	33	661

São José	11	58
----------	----	----

Mapa da Exclusão Social (Pochman,2003)

Tabela 4 – Taxa de analfabetismo - população de 15 anos ou mais

Municípios	Homens	Mulheres
Biguaçu	7,4	7,7
Florianópolis	3,2	3,9
Palhoça	5,8	7,1
São José	4,0	4,9

IBGE 2000

Tabela 5 – Taxa de analfabetismo funcional – população de 15 anos ou mais

Biguaçu	19,5
Florianópolis	10,5
Palhoça	18,5
São José	13,6

IBGE – 2000

Tabela 6 – Número médio de séries concluídas

Biguaçu	6,3
Florianópolis	9,2
Palhoça	6,5
São José	7,8

IBGE -2000

Município de Florianópolis

Florianópolis, capital do estado, de acordo com os dados do IBGE de 2000, tinha uma população total de 342.315 habitantes. Cerca de 20% dessa população está na faixa etária de 15 a 24 anos, o que corresponde a 69.989 jovens e adolescentes. Em 2004, de acordo com projeções do IBGE, a população estava em torno de 386 913 habitantes.

Os dados referentes à mortalidade, disponibilizados no site da Secretaria Estadual de Saúde de Santa Catarina, apontam um índice de 1,63 (por mil) de mortes entre a população masculina e de 0,49 (por mil) entre as mulheres, na faixa etária de 20 – 29 anos.

Os índices de analfabetismo da população de 15 anos ou mais se situavam em torno de 3,2% para homens e 3,7% para mulheres, colocando o município bem abaixo da média

nacional. O analfabetismo funcional dessa mesma faixa etária, também muito abaixo da média nacional, situava-se, em 2000, em torno de 3,2 % da população masculina e 3,9 % da população feminina.

Não existem dados oficiais relativos à atividade econômica predominante do Município, porém, a partir de estudos realizados, pode-se perceber que há uma concentração na administração pública, defesa, seguridade social, turismo e comércio. Em relação ao Turismo, DURAND (2000), afirma que esta atividade, cada vez mais, deixa de ser uma prática ligada ao lazer, que surge de uma maneira amadora e descompromissada, e passa a dar lugar a uma indústria do lazer que aponta cada vez mais para perspectivas promissoras de investimentos financeiros e econômicos¹.

Considerando a população de 15 anos ou mais, 3,5% dos analfabetos estão concentrados em área urbana, de um total de 332 185 habitantes; a área rural apresenta um índice de 7,1%, com população residente em torno de 10 000 indivíduos.

Os índices de analfabetismo funcional da população com 15 anos ou mais, de acordo com o IBGE em 2000, estão em torno de 10,46 % (com menos de 4 anos de estudo/séries concluídas) e a média de anos de estudo em torno de 9,2 anos.

Os níveis de ensino existentes no Município são Educação Infantil, Ensino Fundamental (1º - 8º série) e Educação de Jovens e Adultos, sendo 78 creches, 153 pré-escolas, 212 escolas de Ensino fundamental, 43 escolas de Nível Médio, 8 de Educação de Jovens e Adultos.

Entre a população com mais de 15 anos em 2000, havia 116 pessoas matriculadas em classes de alfabetização, 406 matriculados no 1º segmento do ensino fundamental (1º à 4º série) e 3811 matrículas no 2º segmento de ensino fundamental de acordo com INEP. No ano de 2003 a prefeitura, através da divisão de Educação Continuada, abriu 66 turmas de educação de jovens e adultos.

Município de Biguaçu

¹ Sobre esse tema turismo: fator de transformação das comunidades, ver a Tese de Olga celestina da Silva Durand intitulada: Jovens da Ilha de Santa Catarina: Socialização e Sociabilidade. USP- SP, 2000.

Conforme apuração realizada pelo IBGE em outubro de 2003, a população total do município de Biguaçu é de 48.077, deste total 38,28% está na faixa de 10 a 29 anos, considerados adolescentes e jovens. Dentro desta faixa, a taxa de analfabetismo é de 6,1 %.

Entre a população adulta (30 – 75 anos ou mais), que é de 19.919, a taxa de analfabetismo é de 47,4%. Considerando a população acima de 15 anos, a taxa de analfabetismo masculina é de 7,4% e o analfabetismo feminino é de 7,7%; destes, 12,3% estão na zona rural, e 6,9% na área urbana.

Entre os considerados analfabetos funcionais a taxa é de 19,5% e o número médio de séries concluídas é de 6,31. Existem no município, 8 creches, 21 pré-escolas, 48 estabelecimentos de ensino fundamental, 4 de ensino médio, 2 de educação de jovens e adultos, além da educação especial.

O município tem como base de sua economia a agricultura, pecuária, comércio e turismo.

Município de Palhoça

De acordo com o IBGE, o município tem uma população total de 102.724 mil habitantes, sendo 19,5 % constituídos por adolescentes e jovens na faixa etária de 15 a 24 anos.

Palhoça não apresenta padrões elevados de exclusão social, situando-se na metade superior do universo de municípios investigados na pesquisa e sua principal atividade econômica é o comércio. Os índices de analfabetismo na população com faixa etária a partir de 15 anos são de 5,8%, para os homens, e de 7,1% para as mulheres. A taxa de analfabetismo funcional para a mesma faixa etária é de 18,5%, sendo 6,4 anos, o número médio de séries concluídas.

No município existem 22 creches, 45 pré-escolas, 76 estabelecimentos de ensino fundamental, 9 de ensino médio e 3 de educação de jovens e adultos

Município de São José

De acordo com o Censo 2000, o município tem uma população total em torno de 173.559 mil habitantes, sendo 171.230 concentrados na área urbana e 2.329 no meio rural. Deste total, 34.963 são jovens entre 15-24 anos, correspondendo a 20% da população.

Os dados do Ministério da Saúde² indicam que a taxa de mortalidade entre homens de 20 a 29 anos é de 1,15 (por mil) e 0,65 (por mil) para mulheres da mesma faixa etária.

A principal atividade econômica deste município também é o comércio, sobretudo o de reparo de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos.

De acordo com os dados de censo demográfico e censo escolar de 2000, o índice de analfabetismo da população com faixa etária de 10 a 29 anos é de 4,0%, e entre a faixa etária de 30 a 60 anos ou mais é de 29,3%. Considerando-se a população masculina de 15 anos ou mais, a taxa de analfabetismo é de 4,0 % e a feminina de 4,9%, de acordo com informações dos Microdados do Censo Demográfico 2000. Em média, esta mesma população de 15 anos ou mais conclui por volta de 7,7 anos de estudo, totalizando uma taxa de 13,6% de analfabetos funcionais.

Os dados do censo escolar de 2000 indicam que havia 38 pessoas com mais de 15 anos matriculadas em classes de alfabetização, 209 no 1º segmento e 36 no 2º segmento do ensino fundamental. Existem no município 96 estabelecimentos de educação infantil, 102 de ensino fundamental, 21 de ensino médio, 10 de educação de jovens e adultos, além daqueles dedicados à educação especial e ao ensino profissionalizante ou pós-médio.

1.2. Descrição da Dinâmica sócio-política

A análise da dinâmica sócio-política da Região investigada revela o predomínio de partidos de centro-direita e o caráter conservador das formas de organização da gestão e do poder. Historicamente temos nos deparado com quadros políticos que evidenciam o controle dos partidos tradicionais ou, no caso da renovação, por grupos sem enraizamento mais profundo em atores da sociedade e movimentos sociais. A presença constante de práticas clientelistas resulta em relações fisiológicas e de favorecimentos que envolvem diversos gestores dos programas e projetos em estudo. Na dinâmica política dos quatro

² Informações obtidas no site da Secretaria do Sistema Único de Saúde

municípios pesquisados, chama a atenção a ausência de políticas voltadas ao segmento juvenil com caráter mais participativo. Taís políticas destinadas à juventude quando aparecem, são de forma secundária, com baixos investimentos.

Tabela 8. Partidos políticos municípios investigados - RMF

Municípios	PSDB	PDT	PFL	PT	PTB	PSD	PL	PMDB	PSB	PPB	PCdoB	PP	PPS	Sem Partido	Total
Biaguaçu								1							1
Florianópolis										1					1
Palhoça	1														1
São José	1														1

Município de Florianópolis

O Município de Florianópolis foi administrado por uma prefeita do PP, coligada ao PFL e PSDB estando no seu segundo mandato (2001-2004), representando a continuidade do poder no âmbito municipal e regional da família Amin. Herdeiros políticos de uma das mais influentes oligarquias catarinenses do século passado, a família Ramos, seu poder remonta ao início do período republicano e teve especial influência durante o período getulista (PSD) e no período militar (ARENA) .

Sua gestão manteve um padrão autoritário, sendo caracterizada pela prática arbitrária no combate aos movimentos sociais e demais atores populares organizados na cidade. Os técnicos e assessores, na sua maioria, possuíam vinculações partidárias com o poder hegemônico. Os demais técnicos ocupavam espaços em áreas difíceis de preenchimento de cargo, dada à pouca visibilidade e importância política.

O poder legislativo municipal na gestão 2001-2004 caracterizou-se, também, por relações conflituosas com a população, pois poucas reivindicações foram acolhidas pelo poder local. Vereadores privilegiavam normalmente setores vinculados ao poder econômico de grupos empresariais, mais notadamente, do setor de transporte coletivo, hoteleiro e construção civil.

Como em outros municípios investigados, não se encontrou nesse estudo nenhuma política específica para jovens, onde a atuação e efetiva participação possam ser percebidas de maneira explícitas. No entanto, nos deparamos em julho de 2004, com um forte movimento estudantil e juvenil (Movimento pelo Passe-livre) que mobilizou a cidade por

quase uma semana. O Movimento pelo passe-livre reuniu milhares de jovens, interditou o tráfego nas pontes que ligam a Ilha ao Continente, causando a paralisação das atividades do comércio e serviços públicos. Pôs em confronto as autoridades do governo municipal e estadual, notadamente os comandos das polícias. Esse movimento ainda carece de estudos sistemáticos, porém, dentre outras questões, revela a demanda reprimida da população jovem em relação ao poder público (executivo e legislativo), que praticamente não negocia com as necessidades provenientes de movimentos organizados e, em contrapartida, privilegia o atendimento de qualquer solicitação do setor privado. Por outro lado, tem revelado a aparição de jovens em torno de demandas que incidem sobre políticas públicas, nem sempre articulados com as tradicionais lideranças dos movimentos estudantis. Essa visibilidade alcança outras capitais brasileiras e demanda, certamente, um conjunto de novas investigações para compreender suas formas de ação e de organização. Silva (2004) aponta esse movimento com uma expressão de uma ação coletiva Juvenil da atualidade moderna brasileira, e o que à primeira vista pareceu um reivindicação como tantas, apresentava outro significado. Ao se olhar com mais proximidade pode-se constatar que:

Demandar o direito de não pagar a passagem ou de ter seu preço estabelecido em patamares suportáveis remete-nos imediatamente a um direito civil básico do pacto social numa democracia, que é o direito de ir e vir. Quando o nível de demanda de locomoção situa-se para além da capacidade física de cada um, os meios para torná-la possível apresentam-se como fundamentais para consecução do suposto direito prescrito desse modo, entende a autora, questionar a passagem ou o seu valor é, antes, questionar até que ponto esse direito é real. SILVA (2004) p.4

Município de Biguaçu

Esse Município foi administrado pela coligação partidária liderada pelo PMDB com o PT, estando em seu 1º mandato, com o corpo de secretários municipais pertencentes ao PMDB (2001-2004). É uma gestão que se caracteriza pela ausência de práticas participativas sem estar enraizada em movimentos sociais. É importante destacar na análise desse município uma situação criada com a ascensão do PT ao governo federal. Muitos dos quadros, pertencentes ao partido, foram requisitados para atuar em outras esferas de poder.

De acordo com os gestores entrevistados, este fato causou esvaziamento e perda de força nas iniciativas e ações governamentais que exigiam maior contato com o público-alvo dos projetos.

Município de Palhoça

A gestão 2001-2004 correspondeu ao terceiro mandato alternado do PSDB, sem coligação partidária. As duas últimas sucessões são reveladoras da política partidária de uma cidade que segue uma dinâmica típica de pequenos municípios de interior, em que pese o fato de se localizar numa região metropolitana próxima à capital Florianópolis. Há um peso muito grande de práticas clientelistas e de relações familiares no preenchimento de cargos (normalmente acertados durante as campanhas eleitorais e no período de formação das alianças partidárias, e decisivos para a vitória eleitoral).

No caso dos órgãos públicos investigados, percebe-se a ocorrência do nepotismo, ou seja, pessoas que não tinham um passado vinculado a um exercício profissional ou político junto à educação ou experiência junto aos jovens assumem cargos em virtude das relações de parentesco. Por essas razões, o que dá o tom das iniciativas do poder pouco tem a ver com atendimento de demandas de atores sociais.

Município de São José

No Município de São José, encontramos no executivo municipal, um prefeito que faz a sua segunda gestão ligada à coligação partidária encabeçada pelo PFL, e ao fim de 2004, o prefeito muda de partido e passa para o PSDB, mudando também o seu domicílio eleitoral para capital, Florianópolis.

Analisando o quadro político do município, veremos que nos últimos anos há muito mais uma linha de continuidade do mesmo grupo no poder do que qualquer ruptura política. São empresários da cidade que constituem a principal base de apoio político ao prefeito.

As políticas para a juventude praticamente inexistiram como fato político expressivo. O que predominou foi a adaptação de projetos e programas com vistas à captação de recursos financeiros federais.

Com relação à área de esporte e lazer, constatamos a existência de diversos recursos, como praças, pistas de skate abandonadas e sem equipamentos. Os ginásios têm

sua utilização feita principalmente por escolas particulares e quase não ocorre a promoção de eventos oriundos da esfera municipal. Indicador deste fato é que no âmbito de disputas esportivas em jogos escolares, o Município de São José tem tido um fraco desempenho, mesmo sendo um dos mais populosos e com uma das maiores arrecadações do Estado.

Apesar da existência de uma Secretaria de Juventude e Desporto, a juventude com as suas demandas sociais e culturais não constituiu relevância para o setor. As ingerências políticas estão bastante evidentes, o cargo de Secretário é ocupado por um candidato a vereador derrotado nas eleições anteriores.

A prioridade das ações municipais tem sido dada às obras de grande visibilidade, tais como: a construção de uma Beira-Mar Continental, o projeto de construção de um aeroporto e de uma Vila Olímpica, obras executadas a partir da captação de recursos federais.

Na área social, a única exceção foi a “Cidade da Criança”, projeto encaminhado e coordenado diretamente pela Primeira Dama do Município.

Em suma, as políticas para a juventude, bem como de outros setores educacionais, não passam por qualquer dinâmica participativa em razão de o poder municipal seguir as práticas tradicionalmente hegemônicas na política institucional do país.

2 AÇÕES DESTINADAS À JUVENTUDE- PROJETOS E PROGRAMAS

2.1 Impressões Gerais

As primeiras impressões sobre os programas que estão sendo investigados pois as mesmas deverão ser aprofundadas posteriormente, após a análise qualificada e dos dados colhidos em cada Programa.

A primeira impressão que nos ficou é que, sem dúvida, os programas possuem profissionais, gestores e técnicos administrativo-pedagógicos, capacitados, e comprometidos, mas que no entanto, não se encontram capacitados adequadamente, para uma prática emancipadora. A maioria possui curso superior e muitos deles especialização

em sua área de formação, Essa impressão nos fica clara, quando nos é revelado o objetivo implícito do Programa da Casa da Liberdade: a maquiagem da cidade, que tira os jovens da rua e os ocupa no tempo livre, para evitar ociosidade preparando os para o mercado para o trabalho, via cursos profissionalizantes.

É visível o descaso da prefeitura em relação ao Programa CL. Este fato é visível pela própria localização e o estado precários das suas instalações físicas. A prefeitura não dá suporte técnico administrativo ao Programa. A coordenação do programa encontra-se sempre em situação de solicitar apoio, tanto, na preservação da infra-estrutura, transporte para o deslocamento dos jovens, e a alimentação dos mesmos, bem como no que se refere ao quadro funcional, uma vez que grande parte de seus educadores são voluntários. O cargo não tem visibilidade política, demonstrando que o Programa não possui relevância na Política Municipal para Juventude.

Os programa reproduz os padrões da escola formal tradicional, exigindo a obediência de regras e normas como condição de permanência dos Jovens naquele espaço. Há um controle muito grande, como se o jovem e o adolescente tivessem “sob suspeita”. Poderia se dizer que o programa exerce liberdade vigiada sobre os jovens.

As oficinas são muitas vezes oferecidas de acordo à disponibilidade de pessoas voluntárias que oferecem seu trabalho. Neste sentido pode-se preliminarmente inferir que estas atividades não levam em conta a demanda juvenil.

Algumas expressões sugerem o entendimento de que o programa é o único espaço saudável para os jovens, pois segundo estas falas, a família e a comunidade nem sempre participam positivamente na formação juvenil.

O Programa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços Comunitários possuem equipe profissional altamente capacitada e com um marcado interesse por melhorar o atendimento aos jovens e suas famílias, embora reconheçam as suas dificuldades e limitações no acompanhamento e desenvolvimento de estratégias de apoio aos adolescentes. Foi possível constatar a existência de tentativas formais e informais de reflexão e de crítica e em conjunto acerca do próprio atuar profissional, o que tem propiciado melhorias no trabalho, como é o caso dos trabalhos com grupos de adolescentes e a organização administrativa. No entanto, é possível perceber um olhar assistencialista e

centrado nos déficits e carências dos jovens e suas famílias, o que influi no agir destes profissionais.

Enfim, os jovens e adolescentes dizem que gostam do CL por ter espaço de lazer, pois em suas casa e entorno este espaço é muito restrito. É visível que os jovens realizam as atividades propostas pelo Programa, mas que, no entanto, não participam nem do seu planejamento e sua da organização bem como da avaliação das atividade as quais desenvolvem.

2.2. Apresentação e comentários dos dados colhidos

Nos municípios estudados as políticas para juventude são formuladas por várias secretarias. No município de Biguaçu a maioria dos PP³ encontram-se na Secretaria da Educação e Cultura; em Florianópolis, estes estão prioritariamente na Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social; em Palhoça os PP encontram-se na Secretaria da Educação e Cultura, e, em São José, os PP estão sob a responsabilidade da Secretaria da Juventude e Desporto e na Secretaria de Desenvolvimento Social. Estas constatações nos permitem afirmar que as políticas de juventude ocupam posições secundárias no conjunto das políticas públicas municipais. O dado principal que nos permite fazer essa afirmação é o fato de que não existe nos municípios um órgão que se ocupe especificamente da juventude. Embora o município de São José tenha uma Secretaria da Juventude e Desporto, entende-se que esta secretaria não investe na juventude como um todo, mas se preocupa particularmente com o esporte.

Podemos deduzir, ainda, que as políticas de juventude estão mais ligadas à assistência social, de matiz assistencialista. Outras estão fundamentadas na ocupação do tempo livre do jovem, neste caso, adotando a concepção de juventude como problema social.

³ A sigla PP designa projetos e programas.

Tabela 9 - Freqüência dos Projetos por Secretarias

Secretaria*	FA	%
Secretaria Municipal de assistência social / inclusão / ação social	6	20,7
Secretaria Municipal de Educação	3	10,3
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	1	3,4
Secretaria Municipal do Esporte	4	13,8
Secretaria Municipal da Cultura	1	3,4
Secretaria Municipal de Trabalho	8	27,6
Secretaria Municipal de Habilitação	3	10,3
Secretaria Municipal de Juventude	3	10,3
Total	29	100,0

(*Múltipla Escolha)

Foram entrevistados 7 gestores, entre secretários municipais, gerentes e coordenadores de área e assessores de secretaria, bem como 22 coordenadores de programas e projetos. Os dados coletados permitem localizar, ainda que em linhas gerais, o percurso profissional dos entrevistados, viabilizando o entendimento do lugar social de onde emergem suas falas, bem como suas concepções sobre juventude.

Do total desses profissionais, 41% são mulheres e 59% são homens, situados em uma faixa etária entre 25 e 40 anos. A maioria possui escolarização de nível superior, alguns com pós-graduação em nível de especialização e dois em nível de mestrado.

Os profissionais são provenientes, majoritariamente, dos Cursos de Serviço Social, Psicologia e Educação Física; em menor número, há profissionais das áreas do Direito, da Biblioteconomia e das Artes. A maior parte atua em suas respectivas áreas de formação, cabendo assinalar que os estagiários de Pedagogia atuam na função de educadores sociais. Constatou-se que esses profissionais estão, em média, há dois anos na função, exercendo cargo de confiança e já têm mais de três anos de experiência de trabalho com jovens, o que pode indicar preocupação do poder local no momento da seleção destes profissionais.

Entretanto, esses cargos constituem-se, em sua maioria, em “cargos de confiança”, dado que relativiza a experiência profissional, embora seus ocupantes afirmem que os critérios de preenchimento dos cargos estejam baseados em suas competências técnicas e profissionais. O fato de ser “cargo de confiança” também sugere o espaço reservado às políticas públicas para juventude nos municípios investigados: muito próximo do poder, mas sem autonomia para gerir fundos e definir diretrizes.

Constata-se que 22,7% dos PP têm como data de concepção e início no período entre 89 a 92. No período posterior, 93 a 96, há recuo nas iniciativas para infância e juventude. No entanto, o período de maior ação ocorre entre os anos 97 e 2004, somando 59,1%. Pode-se inferir que o primeiro período corresponde ao momento posterior à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. O segundo período, provavelmente decorre do impacto das políticas federais formuladas no governo FHC e do clima nacional diante do crescimento dos índices de violência juvenil.

Tabela 10 - Ano de concepção do programa

Ano	FA	%
Até 1980	0	0,0
1981-1984	0	0,0
1985-1988	1	4,5
1989-1992	6	27,3
1993-1996	2	9,1
1997-2000	7	31,8
2001-2004	4	18,2
Não Informou	2	9,1
Total	22	100,0

Tabela 11 - Origem das concepções dos programas

Origem das Concepções dos Programas	FA	%
Programa / Diretriz do governo federal em parceria com Município	3	13,6
Programa / Diretriz do governo do Estado em parceria com Município	0	0,0
Programa nasce no nível do Município	15	68,2
Programa já existia e foi reestruturado na atual gestão	1	4,5
Proposta / reivindicação da sociedade civil	1	4,5
Proposta / reivindicação de grupos juvenis	0	0,0
Outros	0	0,0
Não informou	2	9,1
Total	22	100,0

(*Múltipla Escolha)

No que se refere às fontes de financiamento e parceria, verifica-se que os projetos e programas têm sua estrutura e execuções feitas pelo poder local (ver Tabela 12). No entanto 91% dos PP tem parceria quanto a origem dos recursos financeiros, do poder estadual e principalmente do governo federal. (ver tabela 13).

Tabela 12 - Participação da Prefeitura

Participação da prefeitura	FA	%
Recursos Financeiros	17	21,3
Cessão de espaço físico	20	25,0
Recursos Humanos	19	23,8
Assessoria técnica	16	20,0
Recursos materiais	6	7,5
Outras	2	2,5
Total	80	100,0

(*Múltipla Escolha)

Tabela 13 - Parceiros na execução

Origem*	FA	%
Recursos federais	8	25,0
Recursos estaduais	3	9,4
Recursos municipais	18	56,3
Sociedade civil organizada	2	6,3
Outras fontes	1	3,1
Total	32	100,0

(*Múltipla Escolha)

Percebe-se a reinserção social como principal finalidade das ações analisadas. Neste sentido destacam-se as áreas esportivas, artísticas e de saúde como atividades prioritariamente desenvolvidas. Além destas atividades, outras emergem de modo significativo: atendimento individual ou de grupo; reuniões e trabalhos com famílias; relações com a justiça e os conselhos de direitos municipais e tutelares.

Tabela 14 - Modalidade dos Programas / Projetos

Modalidades*	FA	%
Artes (Teatro, Música, Dança, Artes Plásticas)	4	10,0
Esportes	4	10,0
Lazer	3	7,5
Qualificação / inserção profissional	2	5,0
Reinserção social	6	15,0
Acompanhamento Terapêutico	3	7,5
Saúde	4	10,0
Estímulo a participação juvenil	1	2,5
Outras	1	2,5
Não respondeu	12	30,0
Total	40	100,0

(*Múltipla Escolha)

É notório ainda, que as iniciativas atendem as diretrizes e normas do governo, principalmente federal, que têm como característica a ocupação do tempo livre dos jovens e adolescentes, e esta constatação está revelada na periodicidade dos PP, ou seja, 68,2 % são de modalidade diária.

Tabela 15 - Modalidades de frequência

Modalidade	FA	%
1-Diário	15	68,2
2-Semanal	4	18,2
3-Mensal	2	9,1
4-Por encontros	0	0,0
5-Outros	0	0,0
6-Diários e por encontros	0	0,0
7-Durante período letivo	0	0,0
8-Anual	0	0,0
9-Não informou	1	4,5
Total	22	100,0

O que chama a atenção na tabela acima é que, embora a periodicidade dos PP seja na sua maioria diária, não há, segundo outros dados do questionário (Tabela 16), um espaço de efetiva participação dos jovens e adolescentes no planejamento e decisões das atividades. Quando ocorre este espaço, as práticas participativas limitam-se

majoritariamente a sugestões de atividades e opiniões individuais. No caso dos municípios analisados, a inexistência de programas ou projetos que incluam a participação dos jovens em suas diferentes etapas (desde a concepção até a implementação e a execução) pode ser vista como um fator decisivo para explicar a ausência de conteúdo para os direitos dos jovens. Na medida em que não estão organizados, ou que as políticas não conseguem ou não desejam interagir com jovens, que colocam seus direitos na forma de alguma demanda específica, não há condições para que tais direitos adquiram visibilidade. Segundo Abramo, “Parece estar presente uma grande dificuldade de considerar os jovens como sujeitos, mesmo quando é essa a intenção” (1997, p. 28).

Tabela 16 - Participação na Concepção e implementação dos PP

Concepção	FA	%
Programa/Diretriz do governo federal em parceria com município	3	13,6
Programa/Diretriz do governo do Estado em parceria com município	0	0,0
Programa nasce no nível do município	15	68,2
Programa já existia e foi reestruturado na atual gestão	1	4,5
Proposta/reivindicação da sociedade civil	1	4,5
Proposta/reivindicação de grupos juvenis	0	0,0
Outros	0	0,0
Não informou	2	9,1
Total	22	100,0

(*Múltipla Escolha)

No que se refere à avaliação e suas formas, os dados mostram que esta ocorre prioritariamente de três maneiras: reuniões com a equipe técnica, 27,6%; reuniões com os usuários dos programas, 19,7%, e reuniões com os familiares, 18,4%.

Nos municípios investigados, é possível afirmar que várias características da cultura política brasileira fazem-se presentes, reforçando padrões tradicionais de conduta política nacional. Com base nisso, Ruas (1998) salienta as seguintes regularidades: fragmentação, competição interburocrática, descontinuidade administrativa, implementação de ações que não respondem à demanda e, por fim, a clivagem entre formulação /decisão e implantação.

Pode-se destacar que o discurso dominante da região está sob a égide da reinserção social. No entanto, as atividades divergem quanto a sua forma; no município de São José aparece com o caráter esportivo de competição; nos municípios de Florianópolis e Palhoça,

esta se volta para a preparação para o mercado de trabalho e no município de Biguaçu encontra-se atrelada às atividades que fazem parte do calendário escolar.

Finalmente constata-se que os programas e os projetos do poder local inscrevem-se na tendência majoritária, qual seja, estarem voltados para adolescentes das camadas populares, limitando-se a uma faixa etária e a um nível socioeconômico. Poucos são os programas e projetos voltados para a juventude; pode-se constatar os programas esportivos de competição, como Programa “Rua do Lazer” que acontece no Município São José e os programas de preparação para o trabalho como o Programa “Guia Mirim” e ainda os programas de transferência de renda como o “Agente Jovem”. Em contrapartida, há uma grande profusão de projetos que visam a atender especificamente à faixa etária prevista no ECA, e que têm no estatuto seus objetivos explícitos. A juventude propriamente dita constitui-se em uma “clientela secundária”, sendo seus membros apenas receptores passivos, público-alvo de projetos ou eventos que abrangem esportes, lazer e entretenimento. Constata-se ainda uma tendência à negação de espaços de participação, seja na criação, na implementação ou na execução das políticas para esses sujeitos.

Tabela 17 - Público alvo que freqüentam os PP

Público destinatário do programa*	FA	%
1-Alunos	6	26,1
2-Alunos portadores de necessidades especiais	0	0,0
3-Crianças e adolescentes envolvidos com trabalho infantil	2	8,7
4-Crianças e adolescentes que residem na região onde o projeto é executado	8	34,8
5-Jovens carentes/baixa renda/pobres/desfavorecidos	1	4,3
7-Jovens em situação de vulnerabilidade social	2	8,7
8-Jovens em conflito com a lei	3	13,0
9-Desconhece	1	4,3
Total	23	100

(* Múltipla Escolha)

Tabela 18 - Faixa Etária dos adolescentes e Jovem que freqüentam PP

Faixa etária	FA	%
7 a 13	0	0,0
7 a 17	15	68,2
7 a 24	2	9,1
7 a 29	0	0,0
14 a 17	2	9,1
14 a 24	1	4,5
14 a 29	1	4,5
18 a 24	0	0,0
18 a 29	0	0,0
25 a 29	0	0,0
Não respondeu	1	4,5
Total	22	100

Talvez em razão desses fatores perceba-se a ausência de discussão em torno da gestão alternativa de projetos, bem como a inexistência de experiências participativas.

2.3 Síntese sobre as concepções da Juventude reveladas pelos Gestores e Coordenadores dos Projetos e Programas

Conforme já anunciamos na introdução desse relatório, fez parte de nossa investigação, para além das questões que estão relacionadas com os dados demográficos, identificação dos quadros administrativos, dados educacionais e demais informações relativas a gestão e organização dos municípios trabalhados, buscou-se entender as falas que permeiam a esfera pública municipal, via seus gestores a coordenadores de programas. Assim, de modo que pudéssemos, mesmo que de uma forma preliminar, identificar seu peso na correlação de forças e nos dispositivos de poder, de modo a considerar qual é a “fala” que se impõe. Neste sentido tivemos como pergunta central a seguinte questão: Que concepção sobre juventude que permeava a fala dos gestores. e coordenadores de PP? Usamos como base de análise os seguintes procedimentos: identificação das falas mais recorrentes; agrupamento das falas de acordo com a proximidade dos entendimentos apresentados, evitando-se a homogeneização dos discursos dos múltiplos atores sociais; o relacionamento entre os entendimentos apresentados com os conceitos correntes que foram

discutidos na primeira parte do artigo. Houve o cuidado metodológico de não estabelecer generalizações ou de hierarquizar as concepções apresentadas pelos entrevistados. Ao contrário, procurou-se destacar a heterogeneidade e as contradições nelas presentes. Afinal, não se esperava que, a partir das circunstâncias específicas de cada entrevista, os depoimentos coletados expressassem um discurso fechado e internamente coerente. Das representações apresentadas de modo mais freqüente nas falas dos entrevistados, pode-se agrupá-las de acordo com as seguintes referências ao universo juvenil: a) como futuro adulto; b) como idade das indefinições; c) como fontes de problemas e d) como sujeitos de direitos. A íntegra dessas análises, encontram-se, em anexo, no artigo Juventude entre Problemas e Direitos⁴ Ressaltamos que as análises foram desenvolvidas sob a ótica de que a juventude, embora plural devido às suas diversidades e diferenças, encontra-se em um patamar social que exige a sua compreensão baseada no direito à inclusão e à participação social, aportados em políticas públicas que garantam o pleno exercício da sua cidadania.

2.4 Programa Casa da Liberdade – Estudo de caso Um

Metodologias de Trabalho:

Visitas

Foram realizadas duas visitas à CL, nas quais fomos recebidos pela diretora, que apresentou os objetivos a que essa casa se propõe, bem como a sua estrutura administrativa – organizacional, e o corpo técnico administrativo que participam do Programa. Historiou a situação do adolescentes e jovens que o freqüentam e as atividades que a Programa oferece. Fez-se necessário aplicar o instrumento para gestores, pois na ocasião anterior em que freqüentamos o Programa, não nos foi possível realizar a entrevista com a diretora. Feitas as visitas e esclarecidas as intenções da pesquisa, nos foi possível agendar os dias e os locais das observações.

Observações

⁴Estas análises estão aprofundadas no artigo intitulado: Juventude(s) entre problemas e direitos. Encaminhado para a Revista Lusófona de educação, Lisboa Portugal, 2005. (Ver ao final do texto a íntegra do artigo).

Foram feitas observações, com intenção de verificar as relações entre os atores: adulto x adulto, adulto x Jovem. Jovem x Jovem nas salas de aula, no intervalo, nas oficinas de arte, nas aulas de educação física, nos intervalos dos recreadores e educadores, nas oficinas de músicas, informática nas atividades recreativas. Ao todo computamos 5 períodos de observação. Esse período de observação facilitou a escolha dos técnicos administrativo-pedagógicos e dos jovens e adolescentes que seriam entrevistados.

Entrevistas

Foram realizadas, segundo o roteiro previsto, com as devidas adaptações 17 entrevistas com: a) diretora do Projeto, b) 2 assistentes sociais, c) 1 psicóloga, 1 técnica administrativa, 3 educadores d) 6 jovens –adolescentes do programa sócio e educativo, 3 jovens do programa agente- jovem.

Grupo focal

Com intuito de perceber a relação dos jovens entre eles e os adultos do Programa, fizemos dois grupos focais com os jovens do Programa Agente Jovem. Nos foi possível perceber as formas de inserção destes sujeitos no Programa, parte de sua vida cotidiana a relação com os adultos de sua família, com os professores e gestores da escola, e com gestores, professores e arte-educadores do Programa da casa da Liberdade. Os jovens mostram-se atentos aos acontecimentos sociais que o cercam. Dizem gostar do programa porque “facilita” a bolsa e lhes protege da violência que anda nas ruas⁵.

⁵ Observação: Conforme os objetivos propostos nos propomos a aprofundar o *estudo de caso* investigando 2 escolas cuja a maioria dos jovens – adolescentes frequentam, no entanto só nos foi possível até o momento, fazermos visitas a uma escola onde entrevistamos a diretora e 2 técnicas pedagógicas. Em relação à outra escola somente nos foi possível contatamos a diretora, via telefone. Agendamos para o início do semestre 2005, entrevistas com os professores e os jovens e adolescentes os quais não foram entrevistados na Casa da Liberdade e Liberdade Assistida.

2.5. Liberdade Assistida - Estudo de Caso Dois

Metodologias de Trabalho

Visitas

Foram realizadas duas visitas com o gestor do local onde se encontra o programa – Ilha da Criança e com a coordenadora do Programa. As visitas tiveram intenção de estreitar os vínculos, e resgatar as nossas intenções, explícitas desde a primeira fase da pesquisa.

Observação

Foram realizadas 3 períodos de observação no Programa. Duas junto ao corpo técnico administrativo e outra numa oficina educativa junto com o grupos de jovens, uma assistente social e uma psicóloga.

Entrevistas

Foram realizadas 11 entrevistas. 4 com assistentes sociais, 1 com uma estagiária de assistência social, 3 com psicólogas e 3 com os jovens adolescentes.

3. AÇÕES DESTINADAS A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

3.1 Descrição dos Projetos

A educação de jovens e adultos no município de **Florianópolis** é desenvolvida pelo programa “**Educação Continuada**”, ligado ao setor de Educação Continuada da Secretaria Municipal de Educação. O programa, atualmente em fase de implementação, iniciou suas atividades no ano de 1999, a partir da sua elaboração pela equipe técnica da secretaria.

O público atendido é formado por jovens e adultos excluídos do sistema regular de ensino, com trajetória de fracasso escolar, desempregados e trabalhadores residentes no centro e nos bairros de Florianópolis.

Os objetivos do programa vão na direção de atender a demanda do acesso e permanência; da democratização do conhecimento; e da democratização da gestão.

Atende o primeiro e segundo segmento do ensino fundamental, e trabalha numa perspectiva metodológica que não supõe seriação. As aulas são ministradas na modalidade presencial e cada etapa de trabalho dura em média de 300 a 2400 horas.

O Departamento de Educação Continuada organiza o trabalho junto aos professores e alunos garantindo a *formação continuada* dos educadores que atuam no programa, sendo realizada de maneira centralizada para os coordenadores de núcleos e descentralizada para os professores e equipe técnica. Esses eventos contam ainda com a participação de consultores independentes que prestam serviços à Secretaria de Educação.

O Departamento de Educação Continuada faz a articulação do programa de EJA com os demais programas da Secretaria de Educação e também com outras secretarias da Prefeitura, tais como Secretaria de Saúde, para obtenção de óculos para os estudantes que apresentam problemas de visão; Secretaria de Habitação, entre outras.

O município de **São José** conta com um setor específico para o desenvolvimento dos trabalhos com **EJA**, o setor de Educação Continuada, subordinado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Iniciou o trabalho no ano de 1998, com o encaminhamento de um projeto ao MEC, por parte da SMEC. O projeto que tem a

aprovação do Conselho Estadual de Educação e encontra-se em fase de implementação, atendendo 108 turmas de EJA no segundo semestre de 2003.

O público atendido é constituído por funcionários e familiares de empresas do município, moradores dos bairros em geral, abrangendo uma faixa etária variável de 15 a 50 anos.

Nos seus objetivos destacam-se: atender pessoas com defasagem escolar na relação idade/ série; capacitar as pessoas para o "novo" mercado de trabalho; oportunizar o acesso à linguagem da informática.

O atendimento educativo abrange a alfabetização inicial, primeiros e segundos segmentos do ensino fundamental e também ensino médio. Trabalha por fases com duração de 4 a 6 meses e é integralmente presencial.

O acompanhamento pedagógico destinado aos professores é feito em parceria com a UFSC-CED e a equipe técnica da secretaria organiza e elabora o programa de capacitação em EJA.

Entre os resultados obtidos nesses anos de atuação a equipe destaca "muitos alunos já formados, como manifestação de satisfação pessoal."

Merece destaque no projeto a parceria com empresas do município, que apóiam o trabalho com recursos financeiros.

As atividades com **EJA** no município de **Palhoça** são desenvolvidas pela Divisão de Ensino Fundamental - Diretoria de Ensino - subordinada à Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

O programa de EJA de Palhoça foi concebido e elaborado pela gestora responsável, que utilizou a Proposta Curricular de EJA do MEC do ano de 2002 como documento norteador.

Entre as demandas que se apresentam ao setor de EJA destacam-se: escolarização com vistas à conquista ou permanência no emprego. Essas necessidades foram levantadas no ano de 2002, por um diagnóstico feito pelo setor administrativo da prefeitura, encarregado de elaborar censos nos diversos setores da gestão municipal.

O atendimento às prioridades demandadas em EJA é feito inicialmente nas maiores concentrações urbanas, e isso se dá pela disponibilidade de espaços físicos no bairro e,

ainda, pela existência de pessoal local para o trabalho docente, embora a maioria não possua formação em magistério.

No Município de **Biguaçu**, o projeto MOVA - Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos - iniciou suas atividades no ano de 1998 e encontra-se em fase de implementação. Está vinculado à Secretaria de Educação Desporto e Cultura, mas não dispõe de um setor específico para o trabalho com EJA.

O programa havia iniciado suas atividades na administração anterior (1997 - 2000), através de um projeto elaborado pela equipe técnica da SEDC e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.

Atende um público formado por adolescentes, jovens, adultos e idosos. A demanda apresenta flutuações: no ano de 2001 o atendimento chegou a 162, em 2002 passou a 160, e em 2003 houve uma queda bastante acentuada, sendo preenchidas apenas 60 vagas.

O projeto tem como objetivos acabar com o índice de analfabetismo no município; oportunizar a alfabetização aos que não tiveram acesso à escola no período regular e propiciar inserção no mercado de trabalho, "pois muitos entram na escola pelo prazer de aprender a ler e escrever e pela necessidade cotidiana."

A prefeitura oferece o espaço físico e o pagamento dos professores. No ano de 2002 foi destinado um montante de recursos da ordem de 12.000 reais. Além disso, a municipalidade oferece, a título de incentivo aos alunos, todo o material necessário, incluindo um kit com material (reposto durante o ano) e apostilas. O governo federal apoiou o projeto com financiamento para capacitação dos professores da EJA no ano de 2000. Esse curso contou com a parceria da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI e teve a duração de 80 horas.

A equipe técnica é composta por uma coordenadora e duas professoras, todas com experiências anteriores em EJA. A equipe desenvolve um acompanhamento pedagógico aos professores por meio de reuniões com a equipe pedagógica da secretaria. O material didático utilizado são as apostilas enviadas pelo MEC.

O atendimento é dado aos alunos em fase inicial de alfabetização bem como ao primeiro e segundo segmento do Ensino Fundamental.

Entre os resultados alcançados pelo programa, a equipe técnica destaca o fato de obter a aprovação de 100% dos alunos. O curso é totalmente presencial.

3.2 Análises Preliminares - EJA

Os programas em estudo apresentam uma característica bastante comum as políticas públicas de EJA - descontinuidade dos programas: dois projetos (Educação Continuada de Florianópolis e EJA de Palhoça) iniciaram suas atividades na administração municipal em gestão entre os anos 2001 e 2004. Os outros dois municípios, Biguaçu e São José, iniciaram o trabalho na gestão anterior (1997 - 2000).

Observa-se também que o público atendido obedece às prioridades demandadas nos diagnósticos elaborados pelos órgãos administrativos da prefeitura, ou por institutos contratados para tal finalidade. Mencionam-se também prioridades encaminhadas através do orçamento participativo. O conjunto do atendimento da modalidade EJA pode ser observada na tabela abaixo:

Tabela 1 – Nível de atendimento por município

Municípios	Alfabetização	1º Segmento do E. Fund.	2º Segmento do E. Fund.	Ensino Médio
Biguaçu	X	X	X	
Florianópolis	X	X	X	
São José	X	X	X	X
Palhoça		X	X	

Quanto à organização e implementação dos projetos é determinante o fato de haver um setor responsável por EJA no município. Dos quatro municípios em estudo, apenas Biguaçu não apresenta esse setor. Observa-se ainda, uma maior articulação e organicidade do projeto em municípios onde esse setor conta com melhores condições de funcionamento, incluindo recursos humanos e também recursos físicos e materiais. Ainda que o ensino regular apareça como o setor privilegiado no conjunto das prioridades das Secretarias Municipais de Educação por razões como o alto grau de demanda, os projetos de EJA ganham visibilidade quando o setor responsável apresenta-se estruturado e com algum nível de expressividade política junto à administração municipal.

Em relação a abrangência do atendimento, como mostrou a Tabela 1, apenas o município de São José oferece o Ensino Médio. Os demais municípios dão pouca ênfase às propostas de encaminhamento dos alunos de EJA para os níveis subseqüentes de ensino.

Alguns gestores de projetos mencionam que “há estímulos para que os alunos continuem estudando”, porém na maioria dos casos cabe aos alunos e seus familiares a busca de espaço nas redes de ensino ou, em menor número, nas redes privadas, quando o aluno consegue custear os próprios estudos. As vagas na rede estadual da região, via de regra, segue a mesma direção das demais regiões do país, ou seja, discrepância entre oferta e vagas, dificuldade de acesso à escola, falta de estrutura física e de equipamento dos prédios escolares.

Os quatro programas evidenciam em seus objetivos a preocupação com a qualificação profissional, apontando a necessidade de capacitar ou oferecer oportunidade de acesso ao mercado de trabalho. Isso parece justificar-se quando observamos que "os dados levantados pelo IBGE, na pesquisa mensal sobre emprego, indicam um quadro de desigualdades muito elevado se considerarmos os índices que afetam a população que busca emprego entre 10 a 24 anos. Em quase todas as regiões metropolitanas alvo da pesquisa do IBGE, do total de desempregados, quase metade está na faixa etária de 10 a 24 anos." (Primeiro relatório científico FAPESP – Juventude Poder Local, 2003).

Nos quatro projetos em estudo há menção ao tema, os gestores estão preocupados com a melhoria da qualidade de vida dos alunos, porém as propostas de integração com outras Secretarias, principalmente aquelas relacionadas com as possibilidades de trabalho, apresentam-se ainda tímidas. Há poucas iniciativas concretas que possam ampliar as possibilidades de realização dos objetivos propostos nos programas em relação ao problema do trabalho e emprego.

A preocupação dos gestores é perfeitamente compreensível, uma vez que a expectativa dos alunos com relação à conquista do emprego, ou a valorização da profissão está intimamente associada à elevação da escolaridade. Nesse sentido a certificação representa uma conquista em direção a uma vaga no mercado de trabalho.

Quanto aos materiais didáticos utilizados pelos professores e alunos, há muita variação de programa para programa. A metade deles utiliza as apostilas enviadas pelo MEC (MOVA de Biguaçu e EJA de São José), sem maiores adaptações. Dois programas (Educação Continuada de Florianópolis e EJA de São José) priorizam a produção de materiais pela equipe técnica da prefeitura com a participação dos alunos e professores. Aparece ainda a proposta de trabalhar com temáticas extraídas da realidade cotidiana dos

alunos, levantando informações e colhendo junto a eles o que será trabalhado em sala de aula. A maioria dos projetos tem em comum a pouca utilização de livros didáticos, preferindo fazer uso de materiais como: jornais, revistas, vídeos, programas de TV. O programa EJA de São José mencionou a visita a museus, pontos históricos, feiras de livros e teatro como possibilidade de buscar elementos para a produção de materiais didáticos. E o programa Educação Continuada de Florianópolis informou que dispõe de sala informatizada disponível para os alunos de EJA.

A maioria dos gestores informou que seus programas atendem a todas as demandas apresentadas, como o de Palhoça, pois priorizam maiores concentrações urbanas. As administrações municipais da região têm enfatizado nos seus programas o atendimento das demandas da população numa perspectiva de valorização da participação popular dos munícipes nas decisões do poder local. Nos estudos de DOWBOR, essa participação aparece “como sistema organizado de consenso da sociedade civil num espaço limitado, implicando, portanto, alterações no sistema de organização da informação, reforço da capacidade administrativa e um amplo trabalho de formação tanto na comunidade como na própria máquina administrativa” (DOWBOR, 1999:73).

Todos os projetos, de modo geral, dão certificação aos alunos que concluem as etapas previstas, cabendo aos professores executar as propostas de avaliação. O modo mais freqüente de avaliar "se dá no processo" e é composto de prova escrita ou trabalho. No programa Educação Continuada de Florianópolis os alunos recebem a certificação mediante uma solicitação com justificativa. Essa constitui uma das modalidades de avaliação dos alunos que, segundo afirmam os gestores da proposta, pretende “comprometer os alunos com o seu processo de escolarização”.

Quanto ao financiamento dos projetos, a maioria dos recursos é proveniente de fontes municipais. Existem parcerias com a iniciativa privada apenas no município de São José. Outra fonte de apoio provém do Governo Federal presente como parceiro, principalmente em projetos de formação de professores, muito embora essas ações sofram críticas por parte das lideranças municipais, por conta da sua fragmentação e, muitas vezes, inadequação às necessidades locais.

Tabela 2 – Fontes de recursos

Municípios	Fonte de recursos
Biguaçu	recursos municipais
Florianópolis	FNDE e recursos municipais
Palhoça	FUNDEF e recursos municipais
São José	recursos municipais e de empresa privada (material de consumo)

Os projetos de Biguaçu e São José contam com o apoio das universidades da região, tanto públicas quanto privadas, principalmente na capacitação dos professores. Nesse sentido, as universidades cumprem um papel importante pois estes municípios se ressentem da falta de recursos humanos locais que possa auxiliar nessa tarefa que, sem dúvida, apresenta-se como fundamental para o andamento do processo.

3.3 Ações destinadas a educação de Jovens e adultos- EJA- Estudo de Caso

Problemática Investigada e descrição do programa

O estudo analisa o Projeto de Educação de Jovens e Adultos, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis no período de 1996 a 2004. O referido projeto vem sendo executado por um grupo de educadores que atua na Secretaria de Educação do município, durante as duas gestões da prefeita Ângela Amin. Nesses oito anos de desenvolvimento, o trabalho vem obtendo grande aceitação por parte da população alvo. São 16 núcleos, reunindo cerca de 5 mil alunos, aproximadamente.

Constitui uma política exercida como Programa de Educação Continuada e o conjunto de suas atividades forma uma "Divisão de Educação Continuada", com gestora específica, vinculada diretamente à titular da Secretaria Municipal de Educação.

Segundo afirmam os gestores do projeto, o seu grande diferencial é a metodologia adotada. O grupo refutou "as propostas prontas que vinham do Ministério da Educação" e criou outro caminho metodológico referendando-se no estudo das "problemáticas" levantadas pelos jovens e adultos. Nessa proposta os alunos são estimulados a selecionar

questões relacionadas com as suas experiências vividas na localidade, relativas a situações públicas ou privadas, enfim, temáticas e problemas que surjam das suas necessidades.

De acordo com o documento norteador da proposta, "a pesquisa se inicia, através da determinação- de forma dialógica - do que os alunos gostariam de saber, de estudar, que problemática gostariam de atacar, que mistérios gostariam de desvendar. (...) A experiência tem mostrado que saber identificar seus próprios interesses não é um conhecimento banal, temos aqui talvez o primeiro "conteúdo" desta nova escola: aprender a identificar seus próprios interesses, sistematizá-los, aprender a defendê-los e a se posicionar, com eles frente aos colegas, à escola e ao mundo."⁶

O documento segue apresentando os princípios norteadores do trabalho, evidenciando o trabalho em grupo como foco central da proposta, inclusive na avaliação dos alunos. Todo o percurso é acompanhado por um grupo de professores e coordenado por um professor "articulador." Os alunos vão avançando, à medida que pesquisam e apresentam as "problemáticas". Concluem o Ensino Fundamental e recebem a certificação.

Justificativa

Na primeira parte da pesquisa, investigamos quatro municípios da região metropolitana de Florianópolis: Biguaçu, Palhoça, São José e Florianópolis. Dentre as quatro experiências com EJA estudadas, a proposta de Florianópolis apresentou elementos ricos para análise, evidenciando-se as questões metodológicas como proposta inovadora para essa modalidade de ensino.

Por outro lado, destaca-se a grande aceitação dessa proposta por parte dos alunos. As indicações empíricas suscitam a importância de se pesquisar a relação que se estabelece entre o fato de ser jovem e os processos pedagógicos que, supostamente, permitem maior protagonismo ou autoria dos sujeitos educandos em EJA.

Essas e outras questões suscitam investigação que possa esclarecer as relações construídas entre professores e alunos na EJA, que visivelmente, se descola das propostas pedagógicas da escola regular, e parece servir de anteparo ou escoadouro dos egressos ditos mal sucedidos daquele sistema de ensino.

⁶ Citação extraída do documento: "Os Princípios Estruturadores da Pesquisa" de Gilvan Muller de Oliveira, distribuído aos professores do Projeto pela Secretaria Municipal de Educação.

Atividades Realizadas

Inicialmente retomamos os contatos com as gestoras, para agendar as entrevistas. Esta etapa foi dificultada por tratar-se de "ano eleitoral". Apesar da falta de agenda das gestoras, estas nos possibilitaram a participação em eventos organizados pelo grupo da Secretaria, para que pudéssemos observar melhor ações que integram o projeto de EJA. Assim, participamos dos seguintes eventos:

1. Fazendo Arte na Rede - Mostra Educativa da Rede Pública Municipal de Ensino de Florianópolis, durante 3 dias no mês de setembro de 2004. Foi organizado no centro da cidade uma grande mostra das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação. No local estavam expostas em forma de *banner* documentos e materiais produzidos pelos alunos, que possibilitaram uma visão geral do trabalho desenvolvido em EJA pelo município.
2. Reunião com os professores do projeto, no Núcleo Central, dia 16 de novembro de 2004. Na oportunidade foi apresentada e discutida a síntese de uma pesquisa⁷ que envolve o trabalho com EJA no município. Nos debates foram levantadas questões importantes para nosso estudo: como será a continuidade dos estudos desses alunos? Os conhecimentos adquiridos na EJA possibilitarão aos alunos acompanhar o Ensino Médio? Segundo a coordenadora da referida pesquisa, "o modelo, proposto pelo município de Florianópolis, não é melhor nem pior que outros, ele é diferente". No entanto, não houve detalhamento em relação as diferenças em relação aos outros Programas de EJA. Um dado interessante apresentado na oportunidade foi o depoimento de um aluno, colhido pela pesquisadora, que propõe como alternativa à proposta, "a realização de aulão, ao menos uma vez por semana, principalmente sobre estudos de matemática."
3. Socialização dos trabalhos finais do Núcleo da Vargem Grande, dia 7 de dezembro de 2004. Os alunos relataram os estudos desenvolvidos a partir

⁷ Trata-se da pesquisa desenvolvida por Joana Célia dos Passos, "A escola no projeto de vida de jovens negros/as que freqüentam a EJA em Florianópolis."

das "problemáticas" escolhidas. Esse é o momento no qual se realiza a avaliação final dos estudantes, o que possibilita ou não a certificação dos alunos. Colhemos elementos importantes para a análise da proposta, principalmente em relação à seleção dos conteúdos e os recursos didáticos disponíveis em sala de aula.

4. Formatura da turma do Núcleo do Centro de Florianópolis, dia 16 de dezembro de 2004. Realizou-se uma cerimônia de formatura convencional, seguindo o modelo da escola regular, com algumas peculiaridades como a presença das lideranças da localidade, a participação dos jovens durante a cerimônia e o discurso emocionado da gestora do projeto.
5. Entrevistas. Nesse período realizamos duas entrevistas com as duas gestoras, totalizando 6 horas de gravação. Consideramos insuficiente, por isso agendamos novo encontro para o início de 2005.

Perfil dos entrevistados

As gestoras são duas professoras que assumem o projeto com muito entusiasmo, detalhando as dificuldades enfrentadas no início do trabalho, bem como os avanços conquistados até o momento. São profissionais que atuam em redes públicas de ensino há muitos anos, em vários setores, tanto na administração escolar quanto em sala de aula. A professora coordenadora é pedagoga, especialista em Psicopedagogia. A outra professora que integra a coordenação é orientadora educacional com longo período de atuação na Secretaria Estadual de Educação em Santa Catarina. Uma das preocupações manifestada por elas, neste momento em que se inicia uma nova administração no município de Florianópolis, diz respeito à continuidade do projeto, que segundo enfatizam veementemente, "não pode terminar."

Impressões Gerais da Educação de Jovens e Adultos

Os contatos mantido com os sujeitos da pesquisa foram diversificados, permitindo vários olhares sobre o objeto em estudo. Porém, ainda necessitamos uma maior apreensão da realidade investigada. Reunimos uma quantidade razoável de documentos que ainda não analisamos. São relatórios elaborados pelas gestoras, avaliações dos professores sobre o

trabalho e material dos alunos. Essas fontes constituem documentação importante, juntamente com as observações e entrevistas, para que os pesquisadores do grupo possam mergulhar na totalidade da proposta em estudo. As possibilidades de análise são amplas, tanto no viés das políticas públicas para EJA, quanto no que tange aos aspectos metodológicos desta modalidade de ensino.

Os depoimentos dos jovens e adultos indicam uma positividade incomum em relação aos processos ensino, tanto na escola regular quanto nas propostas de EJA, como na fala que segue: "... aqui a gente se sente um artista".

Isso tem nos instigado a aprofundar a compreensão da experiência que poderá revelar-se como um processo pedagógico que permite maior protagonismo ou autoria dos sujeitos educandos em EJA.

Vale acrescentar ainda que, de modo geral, o grupo não tem encontrado dificuldades de acesso aos professores e alunos o que tem favorecido a coleta de dados. Diferentemente do que acontece em relação às gestoras, cujas agendas sobrecarregadas de compromissos profissionais têm dificultado os encontros.

Nossa expectativa no momento é observar as possíveis mudanças na gestão do projeto, lembrando que a nova administração municipal poderá provocar mudanças na condução ou continuidade do mesmo.

Referências Bibliográficas

DOWBOR, Ladislau. **O que é o Poder Local**. Editora Brasiliense. Coleção: Primeiros Passos, 1999.

DURAND, Olga Celestina da Silva. **Jovens da Ilha de Santa Catarina: Socialização e Sociabilidade**. Tese (Doutorado em Educação) – USP, São Paulo, 2000.

HADDAD, Sérgio (coord). **Educação de jovens e adultos no Brasil (1986/1998)**. Brasília: MEC/INEP/Comped, 2002. 221 p. (Estado do conhecimento, 8).

HADDAD, Sérgio. Promoção de programas de alfabetização, pós-alfabetização e educação de adultos com vinculação das instituições de ensino superior no Brasil. São Paulo: **CEDI**, 1989. 18 p. e anexos.

MUNARIM, Antonio. **Educação e esfera pública na Serra Catarinense: a experiência política do Plano Regional de Educação**. Florianópolis: UFSC, CED, NUP, 2000. 375p.

SILVA, Valéria. Ações Coletiva Juvenis na atualidade moderna brasileira: uma análise do movimento contra o aumento da tarifa do ônibus em Florianópolis – SC. In: **Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira**.- Perspectivas e Ações em Saúde, Educação e Cidadania. JUBRA. Universidade Federal do Rio de Janeiro RJ. 2004.

ANEXOS

Texto complementar Juventude**JUVENTUDE(S) ENTRE PROBLEMAS E DIREITOS⁸***Donizeti José de Lima⁹**Dóris Regina Marroni Furini¹⁰**Francisco Canella¹¹**Olga Celestina da Silva Durand¹²***Palavras-chaves: juventude(s), sujeitos de direitos e políticas públicas.****Resumo**

O artigo discute as representações de juventude presentes nas entrevistas realizadas com gestores e coordenadores responsáveis pela concepção e pela execução de programas e projetos de quatro municípios da região metropolitana de Florianópolis. As análises foram desenvolvidas sob a ótica de que a juventude, embora plural devido às suas diversidades e diferenças, encontra-se em um patamar social que exige a sua compreensão baseada no direito à inclusão e à participação social, aportados em políticas públicas que garantam o pleno exercício da sua cidadania.

YOUTH BETWEEN PROBLEMS AND RIGHTS**Key-words: youth(s), subject of rights and public policies.****ABSTRACT**

⁸ Artigo encaminhado para Revista Lusófona de Educação, Lisboa, Portugal (previsão de publicação no número 6/ 2005)

⁹ Coordenador da ONG Associação dos Amigos da Casa Chico Mendes. Mestre em Educação pela UFSC.

¹⁰ Professora da UNISUL. Doutoranda em Educação -UFRGS

¹¹ Professor da UDESC. Mestre em Sociologia Política pela UFSC.

¹² Professora do Centro de Educação da UFSC. Doutora em Educação pela USP.

The article argues the youth representation present in the speech of the responsible by the conception as well as by the fulfilling of programs and projects of towns in the Florianópolis region, through interviews with their managers and coordinators. Such analysis were developed under the view where youth(s), although plural due to their diversities and differences, is in a social degree which demands understanding through the rights to inclusion and social participation, based on public policies that might guarantee the whole exercise of citizenship.

JUVENTUD ENTRE PROBLEMAS Y DERECHOS

palabras-llave: juventud(es), sujetos de derechos y políticas publicas.

RESUMEN

El artículo discute la representación de juventud presente en el discurso de los responsables por la concepción y por la ejecución de programas y proyectos de cuatro ciudades de la región metropolitana de Florianópolis, a partir de entrevistas con sus gestores y coordinadores. Las análisis fueran desarrolladas con la visión de que la juventud, aunque plural por sus diversidades y diferencias, encuéntrese en un rellano social que exige su comprensión a partir del derecho a inclusión y participación social basados en políticas publicas que garanticen el pleno ejercicio de ser ciudadano

Introdução

A realidade vivida pelos jovens tem assumido uma relevância cada vez maior na sociedade contemporânea. No Brasil, questões sobre a juventude têm emergido nos debates na mídia e, mais recentemente, como objeto das políticas públicas. Embora tenham sido desenvolvidos estudos sobre essas políticas, pouco se tem discutido acerca dos gestores responsáveis por sua execução. Compreender as representações¹³ de juventude¹⁴

¹³ Para conceituar representações, citaremos Durkheim (1970), quando afirma que as representações sociais não são a simples soma das representações dos indivíduos, e Henri Lefebvre (1980), quando afirma recusar a dicotomia entre o que está fora e exterior (como coisa) e as representações contemporâneas que também vêm de dentro e são contemporâneas à constituição do sujeito, tanto na história de cada indivíduo quanto na gênese do individual na

apresentadas por gestores e coordenadores de programas e projetos direcionados aos jovens na Região Metropolitana de Florianópolis¹⁵ é a temática central deste artigo.

Considera-se aqui que é de fundamental importância para a elucidação dos caminhos e direcionamentos das políticas públicas a compreensão dos processos aos quais estão submetidos os atores responsáveis pela criação e pela execução dessas políticas. Com base em tal compreensão são concebidas muitas das ações direcionadas ao segmento jovem, ou seja, parte-se do pressuposto de que as idéias materializam-se, mesmo que de maneira descontínua e parcial, em práticas efetivas e concretas.

Nessa perspectiva, é realizada uma breve discussão a respeito dos conceitos e das noções de juventude veiculadas pelo debate acadêmico para, em seguida, tecer algumas considerações sobre o modo como as questões juvenis tornaram-se objeto das políticas públicas. Com base nesses elementos, são analisadas as falas dos profissionais que atuam no âmbito da execução dessas políticas.

Na primeira parte do artigo, partimos de um olhar que entende a categoria social juventude como construção cultural em sua pluralidade e diversidade, reconhecendo os jovens como sujeito de direitos e constituindo-se, portanto, como objeto das políticas públicas. A importância dessa questão impõe o desafio de compreender como se tem constituído essa categoria social ou, dito de outra forma, quem são os sujeitos desses direitos.

Essa noção, consolidada pelo *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*¹⁶, permite-nos afirmar que a juventude goza de todos os direitos, assim como as demais

escala social. Desse modo, as representações “não são nem falsas nem verdadeiras, mas, ao mesmo tempo, falsas e verdadeiras: verdadeiras como respostas a problemas ‘reais’ e falsas na medida em que dissimulam objetivos ‘reais’” (Lefebvre, 1980, p. 55).

¹⁴ Sem a intenção de delimitarmos o universo investigativo, utilizaremos os termos juventude(s) e jovem(ns) sob a forma de um recorte operativo que inclui na definição ampla de juventude os adolescentes (14-17 anos) e os jovens propriamente ditos (18-25 anos).

¹⁵ Este artigo faz parte dos resultados parciais de uma pesquisa nacional, intitulada Juventude, Escolarização e Poder Local, financiada pelo CNPq/FAPESP, que tem como objetivo a investigação de políticas públicas municipais de juventude e de educação de jovens e adultos em nove regiões metropolitanas. No Estado de Santa Catarina, a pesquisa foi realizada nos municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José. A maioria dos programas e projetos é iniciativa do Governo Federal e, em menor porte, proveniente do Governo Estadual. No entanto, observa-se que todos os municípios apresentam programas e projetos que, como política de investimento, concepção e execução, pertencem ao poder local.

¹⁶ O *Estatuto da Criança e do Adolescente* é a lei que regulamenta o art. 227 da Constituição Federal, trazendo um novo reordenamento jurídico para questões relativas à criança e ao adolescente. De acordo com Sandrini (1995), esse reordenamento foi tecido no âmago das lutas populares pela redemocratização do país, tendo como ponto

categorias. Esse estatuto prevê, em seu art. 15, que a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo peculiar de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas Leis (cf. também o art. 3º do mesmo estatuto).

Nesse sentido, buscamos autores que situam a juventude como categoria social para, em seguida, relacionar as concepções de juventude às políticas públicas no Brasil. Logo após, fazemos uma breve localização das sujeitos entrevistados para, então, analisar suas falas.

Embora reconheçamos que apenas compreender as concepções de juventude não basta para conformar as políticas públicas, entendemos que elas podem provocar modulações nas imagens dominantes que a sociedade constrói sobre esses sujeitos sociais que são os jovens. Lagree (1999) reforça esse pensamento quando afirma ser importante reconhecer, como hipótese preliminar de investigação, que há uma interconexão entre aquilo que tende a se tornar uma representação normativa corrente da idade e dos jovens na sociedade e o próprio impacto das ações políticas na esfera pública.

As concepções de juventude

Conceituar juventude é, sem dúvida, uma difícil tarefa, visto que esse grupo social está inserido em momentos histórico-culturais diferenciados, que o localizam em contextos múltiplos. De acordo com Durand (2000), a sociedade considera esse ciclo de vida às vezes como um momento de transição da infância à fase adulta, pontuado por crises e conflitos; às vezes como um grupo geracional, que tem como papel ser agente vitalizador da sociedade, e, outras vezes, como um modelo cultural, pois são os jovens que encarnam em primeira mão as transformações sociais, exigindo da sociedade a efetivação dos seus direitos.

Considerar que a juventude constitui-se como uma categoria sociocultural, nos dias de hoje, é dizer que ela vem sendo tecida em tramas de constantes mudanças. Segundo Levi

fundamental a concepção de criança e adolescente como sujeitos de direito, em substituição à visão assistencialista-repressora da lei anterior, o *Código de Menores*, de 1979.

e Schmitt (1996, p. 8), a juventude como produção social e cultural, mais do que qualquer outra categoria, tem a característica de “ser irredutível a uma definição concreta e estável”.

Em razão disso, para abordarmos as concepções de juventude, citamos autores que atestam a idéia de que é preciso dar importância ao fato de que, segundo Lima (2003, p.16):

não se pode olhar para a juventude com um olhar único, como se esta fosse um monólito, mas sim percebê-la enquanto sua pluralidade e diversidade. Precisamos, portanto, atentar para o fato de que mesmo que teoricamente tenhamos idéias um pouco mais claras, a realidade é sempre conflituosa, aberta a novas possibilidades ou mesmo passível de impossibilidades.

Nessa direção, as primeiras décadas do século XX são apontadas por Abramo (1994) como o tempo em que a juventude vai paulatinamente sendo percebida como um sujeito social específico, com experiências, questões e formulações particulares. Conforme Mellucci (1997, p. 101), mais que condição biológica, hoje a juventude é uma condição cultural:

A condição juvenil é, por excelência, uma fase de passagem e de suspensão; se prolonga, se estabiliza, torna-se condição de massa, não mais ligada à condição biológica.

Ainda segundo o mesmo autor (1997, p. 102):

Os jovens podem, portanto, tornar-se atores de conflitos porque falam a língua do possível; fundam-se na incompletude que lhes define para chamar a atenção da sociedade inteira para produzir sua própria existência ao invés de submetê-la; fazem exigência de decidir por eles próprios, mas com isto mesmo reivindicam para eles este direito.

De acordo com o pensamento de Pais (1993, p. 54), tendo em vista a ineficácia de certas polaridades que acabam por não oferecer elementos para a compreensão e a intervenção junto aos jovens em suas práticas diárias, a teoria, ao trabalhar com o tema das culturas juvenis, busca uma solução que contemple, ao mesmo tempo, os traços comuns e

as diferenças que incluem elementos geracionais e as condições de sua origem social de classe¹⁷. Desse modo, a compreensão teórica das culturas juvenis por meio do cotidiano dos jovens contribui para o esclarecimento da natureza das continuidades ou descontinuidades intergeracionais que surgem como consequência do peso da cultura juvenil em sentido amplo e que interferem nas expressões e nos comportamentos socioculturais – receptivos ou resistentes – dos jovens.

Ademais, o tema da juventude também se ressentia dessas ambigüidades quando interroga sobre as possibilidades de estabelecer parâmetros gerais e pouco eficazes para a compreensão desse momento do ciclo vital. Ocorre que algumas posições radicadas na idéia de diversidade acabam por negar a possibilidade de qualquer tratamento comum ao tema (Pais, 1993). Ancoradas sobretudo nas análises das classes sociais, essas orientações apontam a diversidade estrutural das formas de reprodução sociocultural e tornam praticamente impossível a constituição de uma representação mais ampla em torno da idéia de juventude. De outra forma, as correntes tidas como geracionais, ainda na acepção de Pais (1993), tendem a afirmar os elementos comuns da fase de vida¹⁸.

Dessa ótica, Lima (2003) ressalta que, sobre as versões correntes acerca da juventude, é preciso considerar ainda aquelas que, embora se aproximem do senso comum, entendem-na como geração do futuro e aquelas que afirmam ser a juventude um momento da vida em que se deve provar coisas. Julgamos importante assinalar essas duas versões porque permeiam os pensamentos de quem elabora políticas para a juventude.

Para Durand e Souza (2003), essas políticas esbarram em limites, pois na maioria das vezes suas intervenções são orientadas por uma abordagem dos conflitos e dos interesses juvenis como problema sobre o qual aplicam soluções integrativas de convívio tidas como suficientes em sua passagem para o mundo adulto e como convenientes para diminuir traumas à sociedade que se afirma inclusiva. Semelhantes políticas, afirma Margulis (1996, p. 16), ignoram o jovem como um ser que vive condições específicas de um ciclo de vida, como um ser social de direitos que deve ser reconhecido em sua condição histórico-cultural e que não está situado de forma homogênea como categoria social.

¹⁷ Pais (1993, p. 53) afirma que “nas correntes ‘geracional’ e ‘classista’, o conceito de cultura juvenil aparece associado ao de cultura dominante”.

¹⁸ Nas teorias geracionais, Pais (1993) identifica tanto aquelas ancoradas nas teorias da socialização quanto nas teorias sobre as gerações.

Sob essa égide, consideramos ainda de suma importância para a abordagem conceitual da juventude a contribuição do ECA, que propõe um novo reordenamento jurídico para as questões da juventude, ancorado em um novo status da criança e do adolescente. Este os define não mais como menores, seja menores de idade ou cidadãos menores, mas como sujeitos de direitos que exigem do Estado políticas que reconheçam a condição juvenil, respeitem-na e invistam nela.

Das concepções às políticas públicas para a juventude

A emergência das questões juvenis como objeto de estudo também foi acompanhada de um crescente interesse e de uma intervenção cada vez maior do Estado nesse campo. O “problema” trazido por esse setor da população fez parte do processo mais amplo pelo qual o Estado, ao longo do século passado, setorizou as diferentes demandas sociais em políticas públicas específicas. O contexto era de consolidação do Estado de Bem-Estar Social, resultado tanto da pressão de grupos organizados na luta pelos seus direitos quanto da necessidade de regulação da economia capitalista¹⁹.

O final do século, no entanto, é marcado pelo desmantelamento de tal contexto. Desde a década de 1980, assistimos à defesa e à busca de legitimidade, por parte das elites dirigentes do capitalismo, de um Estado mínimo, conquanto saibamos que esse mesmo Estado jamais abriu mão da centralização das orientações das políticas públicas. Resultou disso a transferência de responsabilidades para a sociedade civil que, por meio dos mais variados atores sociais, passou a assumir o encargo de cobrir o vazio deixado pelo Estado, cada vez menos protagonista de políticas sociais.

No caso dos países de terceiro mundo, nos quais o atendimento às demandas sociais e a efetivação de direitos sempre foram insuficientes e restritos, essas mudanças implicaram conseqüências mais drásticas, pois os setores historicamente excluídos da distribuição da

¹⁹ O Estado capitalista incorpora uma série de demandas passíveis de serem contempladas, desde que não afetem o seu papel de proteger e sancionar as instituições e as relações sociais capitalistas. Em outras palavras, demandas que, mesmo não sendo específicas da burguesia, podem ser atendidas por permanecerem dentro da órbita das relações capitalistas. Assumimos a perspectiva de Claus Offe (1984, p. 123), segundo a qual “o Estado nem está a serviço nem é ‘instrumento’ de *uma* classe contra outra. Sua estrutura e atividade consistem na imposição e na garantia duradoura de regras que institucionalizam as relações de classe específicas de uma sociedade capitalista. O Estado não defende os interesses particulares de uma classe, mas sim os interesses *comuns* de todos os membros de uma *sociedade capitalista de classes*” (grifos do autor).

riqueza passaram a ficar ainda mais vulneráveis. Em se tratando da condição juvenil, constatamos nas camadas empobrecidas no Brasil uma realidade marcada pelo agravamento das condições de vida. Apesar de tal precariedade, a juventude emerge como objeto de políticas públicas quando passa a ser encarada como um problema político.

As transformações sociais que converteram a juventude em objeto de políticas públicas têm sido discutidas por vários autores, dentre eles Ruas (1998), Abramo (1997), Pais (1996) e Abad (2003). Destes, destacamos o último, que arrola como fatores responsáveis por essa transformação: a crise da família conjugal tradicional, que redefine os papéis sociais e as relações entre pais e filhos; o fim da ilusão com a mobilidade social proporcionada pela expansão escolar; o “encurtamento” da infância e o prolongamento da juventude, fazendo com que mais setores da população vivam sob esse rótulo, e, por fim, a forte influência dos meios de comunicação de massa, conformando uma cultura juvenil “de características quase universais, heterogênea e inconstante” (Abad, 2003, p. 23-25).

A institucionalização do “problema” juventude expressa, por um lado, o reconhecimento da natureza política do conflito de gerações e, por outro, obedece a uma tendência dos Estados modernos de setorizar as mais variadas naturezas de problemas em políticas públicas específicas. Tal tendência relaciona-se com as características assumidas pelas demandas contemporâneas por cidadania cada vez mais focadas na luta pelo reconhecimento das diferenças²⁰.

No Brasil, a Constituição de 1988 e o ECA representaram a consolidação de importantes lutas sociais e passaram, a partir de então, a servir como referência para a elaboração de políticas públicas voltadas para a juventude. As atenções e os esforços concentraram-se no atendimento às demandas desse setor, o que acabou, por sua vez, produzindo limites, entre os quais podemos destacar o não-atendimento das especificidades e das demandas dos grupos que se encontram fora da faixa etária definida pelo ECA.

Nos municípios investigados, é possível afirmar que várias características da cultura política brasileira fazem-se presentes, reforçando padrões tradicionais de conduta política nacional. Com base nisso, Ruas (1998) salienta as seguintes regularidades: fragmentação,

²⁰ Segundo Abad (2003, p. 17), pode-se afirmar que a cidadania evoluiu da luta pelo reconhecimento de uma igualdade civil e jurídica, no século XIX, para a reivindicação de direitos sociais no século XX. Atualmente, as lutas por cidadania concentram-se cada vez mais no reconhecimento da diferença, da diversidade de grupos sociais, crenças, expressões culturais e estilos de vida.

competição interburocrática, descontinuidade administrativa, implementação de ações que não respondem à demanda e, por fim, clivagem entre formulação/decisão e implantação.

Constatou-se que os programas e os projetos do poder local inscrevem-se na tendência majoritária, qual seja, estão voltados para adolescentes das camadas populares, limitando-se a uma faixa etária e a um nível socioeconômico. Poucos são os programas e projetos voltados para a juventude; em contrapartida, há uma grande profusão de projetos que visam a atender especificamente a faixa etária prevista no ECA e que têm nisso seus objetivos explícitos. A juventude propriamente dita constitui-se em uma “clientela secundária”, sendo seus membros apenas receptores passivos, público-alvo de projetos ou eventos que abrangem esportes, lazer e entretenimento. Constata-se ainda uma tendência à negação de espaços de participação, seja na criação, na implementação ou na execução das políticas para esses sujeitos. Talvez em razão desses fatores perceba-se a ausência de discussão em torno da gestão alternativa de projetos, bem como a inexistência de experiências participativas.

De que profissionais estamos falando?

As entrevistas que dão base a este artigo foram realizadas entre outubro de 2003 e fevereiro de 2004. Foram entrevistados 7 gestores e 22 coordenadores de programas e projetos. Os dados coletados permitiram localizar, ainda que em linhas gerais, o percurso profissional dos entrevistados, viabilizando o entendimento do lugar social de onde emergem as suas falas e quais são suas concepções sobre juventude.

Do total desses profissionais, 41% são mulheres e 59% são homens, situados em uma faixa etária entre 25 e 40 anos. A maioria possui escolarização de nível superior, alguns com pós-graduação em nível de especialização e dois em nível de mestrado. Os profissionais são provenientes, majoritariamente, dos Cursos de Serviço Social, Psicologia e Educação Física; em menor número, há profissionais das áreas do Direito, da Biblioteconomia e das Artes. A maior parte atua em suas respectivas áreas de formação, cabendo assinalar que os estagiários de Pedagogia atuam na função de educadores sociais. Esses profissionais estão, em média, há dois anos na função, exercem cargo de confiança e

já têm mais de três anos de experiência de trabalho com jovens, o que pode indicar preocupação do poder local no momento da seleção.

Entretanto, esses cargos constituem-se, em sua maioria, em cargos de confiança, dado que relativiza a experiência profissional, embora seus ocupantes afirmem que os critérios de ocupação dos cargos estejam baseados em suas competências técnicas e profissionais. O fato de ser cargo de confiança também sugere o espaço reservado às políticas públicas para juventude nos municípios investigados: muito próximo do poder, mas sem autonomia para gerir fundos e definir diretrizes.

Qual(ais) juventude(s) revelam as falas

A análise das concepções de juventude por parte dos profissionais em questão deu-se com base nos seguintes procedimentos: identificação das falas mais recorrentes; agrupamento das falas de acordo com a proximidade dos entendimentos apresentados, evitando-se a homogeneização dos discursos dos múltiplos atores sociais; o relacionamento entre os entendimentos apresentados com os conceitos correntes que foram discutidos na primeira parte do artigo. Houve o cuidado metodológico de não estabelecer generalizações ou de hierarquizar as concepções apresentadas pelos entrevistados. Ao contrário, procurou-se destacar a heterogeneidade e as contradições nelas presentes. Afinal, não se esperava que, partindo-se das circunstâncias específicas de cada entrevista, os depoimentos coletados expressassem um discurso fechado e internamente coerente.

Assim, destacamos as representações apresentadas de modo mais freqüente nas falas dos entrevistados, agrupando-as de acordo com as seguintes referências ao universo juvenil: a) como futuro adulto; b) como idade das indefinições; c) como fontes de problemas e d) como sujeitos de direitos.

As representações que relacionam a juventude à condição de futuro adulto estão reveladas em falas como as destacadas a seguir:

A juventude é o momento crucial para a vida da pessoa, é a fase mais importante na formação do caráter. (G1)21

²¹ Nas falas dos entrevistados, utilizamos G para identificar gestores e C para identificar coordenadores.

O jovem é um ser em desenvolvimento, que está aprendendo a abrir perspectivas e querendo ser alguém na vida, no futuro e precisa de suporte para sua formação de vida: intelectual, afetiva e cognitiva. (C1)

Explicitar as concepções de jovem como futuro adulto equivale a afirmar que a sociedade é adultocêntrica, ou seja, os jovens são apenas, como escreve Quapper (2001, p. 63) “aquellos e aquellas que más adelante asumiram los papeles adultos que la sociedad necesita para continuar sua reproducción sin fin”. Nesse sentido, compreendemos que a negação da importância do presente indica a ameaça que este pode significar; por isso, pode ser mais seguro refugiar-se no passado já vivido ou anunciar um futuro incerto para ambos. Aqui é adequado apresentar o pensamento de Mellucci (2001, p. 105) quando se refere ao presente vivido pelo jovem:

Nas sociedades pós-industriais, nas quais a mudança se torna condição cotidiana de existência, o presente assume um valor inestimável. A história, portanto, a possibilidade de mudança, não é orientada para fins últimos, mas por aquilo que ocorre já hoje. A cultura juvenil exige, então, da sociedade o valor do presente como única condição de mudança; exige que aquilo que vale se afirme no aqui e no agora; reivindica o direito à provisoriedade, à reversibilidade das escolhas, à pluralidade e ao policentrismo das biografias individuais e das orientações coletivas.

Ao reafirmar o presente como condição necessária à juventude, reconhecemos nela não mais um valor relativo ao futuro, mas um valor em si.

Outra concepção expressa nas falas identifica a juventude como a idade das indefinições:

A juventude é uma idade conflituosa, em que a orientação é importante e deve-se dar opção para que cada um escolha seu caminho. (C2)

O jovem está meio perdido, com acesso a muita informação, daí os seus conflitos. (G2)

Fase de vida do indivíduo em que é difícil encontrar limites. (G3)

A juventude compreendida como idade das indefinições revela-se tanto no que se refere ao convívio social quanto às questões pessoais. Essas indefinições nada mais são do que oposições sistemáticas às normas e aos padrões vigentes provenientes dos adultos que cercam os jovens. É importante destacar que, nesse caso, ao enquadrar a juventude tendo em vista suas oposições às normas, o modo como ela é representada torna-se puramente negativo, pois passa a ser explicada pelo que não é: ela não é adequação às normas estabelecidas. O conteúdo da negação não nos é revelado, perdendo-se, com isso, a possibilidade de visualizarmos o poder que institui novas relações que essa negação pode estar colocando (Abramo, 1997).

Algumas reflexões de Melucci (1997) ajudam-nos a pensar sobre a importância desse conteúdo. Por exemplo, quando se refere a uma nova perspectiva de temporalidade que pode estar sendo instituída pelos jovens em suas experiências não-enquadradas. As falas que indicam as representações da juventude como fonte de problemas são assim expressas:

Os jovens estão com falta de orientação em todos os espaços, na família, na escola, na sociedade; por isso, eles não valorizam os espaços que estão tendo. (G4)

O jovem precisa ser moldado, capacitado para ser cidadão de bem. (C3)

Como pano de fundo dessas representações, muitas vezes aparece a questão dos limites e a necessidade de moldá-los. Essas falas inscrevem-se no que poderíamos denominar de lugar da falta: falta ao jovem uma fôrma, com intuito de formá-lo para ser cidadão de bem, tendo um modelo a ser seguido, e falta-lhe também uma forma, pois está sem limites e, portanto, sem formato. A idéia aqui seria de formatação.

Sob esse enfoque, Durand e Souza (2002) discutem o pensamento que designa a juventude como sendo uma fase a ser superada, ou melhor, uma fase tão-somente. Segundo essas autoras (p. 164), essa condição

é marcada pela transitoriedade limítrofe entre a dependência da infância e a autonomia da vida adulta, sendo esta última considerada plenitude e modelo normativo para o conjunto das outras fases. Entendemos que essa posição subestima os interesses, as necessidades e os desejos dos jovens, garantindo dessa forma a constante e assídua tutela adultocêntrica.

A partir desse ponto de vista, o entendimento de juventude como fase difícil de se lidar ou, ainda, a idéia do aborrecido justificaria o desconhecimento ou o descaso com relação a esse momento da vida. Se há um crescimento das discussões acerca de pedagogias e psicologias da infância e da adolescência, em contrapartida há em menor escala uma discussão sobre a juventude (Abramo, 1997, p. 27). Existem ainda falas que não se enquadram nas representações mais recorrentes e que podem ser relacionadas a chavões ou expressões do senso comum:

Estão entre o sábio e o medíocre, sujeitos em transição, são de alto valor, mas frágeis para as coisas, podem ser bem-informados, mas descontextualizados. (C8)

O jovem é uma caixinha de surpresa, basta estimular. Quanto mais oportunidade se dá ao jovem, mais criativo ele se torna, disposto a se integrar a qualquer coisa que se faça. (C9)

Juventude é um estado de espírito: oxigenado, flexível – forma de ser que ajuda o imunológico. (G2)

É de se questionar até que ponto algumas falas bastante vagas e imprecisas, enraizadas em um senso comum romantizado acerca da juventude, sugerem tal reconhecimento quando evocam imagens que comparam a juventude a um raio de sol ou a associam à plenitude. A juventude aparece, então, como um campo de possibilidades. É possível fazer essa reflexão, pois, de algum modo, tal noção de senso comum comunica-se com o imaginário instituído em sociedades complexas, nas quais se enfatiza a produção da ação humana e as quais estão sujeitas a constantes redefinições. A apologia do novo coloca a juventude, na nossa sociedade, como um mito, como um valor, como algo a ser perseguido.

No entanto, como contraponto a essas perspectivas, verificamos algumas falas que expressam a representação da juventude como sujeitos de direitos:

A juventude é a melhor fase que temos. Mas existe a juventude em situação de miséria e violência – situação esta que ataca os seus direitos. É importante que os direitos sejam garantidos. (G5)

O jovem é uma pessoa em desenvolvimento que precisa de cuidados especiais e capacitação; não é um adulto em miniatura, precisa de um olhar diferenciado. É necessário investir em projetos que dêem proteção ao jovem e também à família, investir em capacitação. Estimular a formação de lideranças para que os jovens sejam articuladores, protagonistas da sua juventude.(C12)

São sujeitos de direitos e, assim, é necessário aumentar sua participação. As informações e a capacitação são fundamentais na garantia dos seus direitos. (G6)

Fase peculiar do desenvolvimento; deve-se entender o adolescente, passar valores, noções de cidadania e justiça, desenvolvimento da paixão, dos limites, ele precisa ser escutado. A família também é responsável. (C15)

Entre as falas que se aproximam do entendimento dos jovens como sujeito de direitos, destacamos a que afirma: “*Os jovens precisam de informação e de formação para serem articuladores e protagonistas de sua juventude*”. Contudo, a percepção dos jovens como sujeitos de direitos não exclui uma percepção que convive com idéias segundo as quais a juventude precisa estar submissa à responsabilidade de outros atores sociais, como, por exemplo, a família. A convivência dessas perspectivas antagônicas (jovem como problema, jovem como sujeito de direitos) em uma mesma fala pode ser explicada pelos limites do próprio espaço no qual essas falas são enunciadas. Em se tratando de gestores e coordenadores que atuam em espaços políticos nos quais não se tem desenvolvido uma cultura de participação, o olhar desses informantes acaba por não incorporar o conteúdo de demandas advindas dos próprios sujeitos juvenis.

No caso dos municípios analisados, a inexistência de programas ou projetos que incluam a participação dos jovens em suas diferentes etapas (desde a concepção até a implementação e a execução) pode ser vista como um fator decisivo para explicar a ausência de conteúdo para os direitos dos jovens. Na medida em que não estão organizados, ou que as políticas não conseguem ou não desejam interagir com jovens que colocam seus direitos na forma de alguma demanda específica, não há condições para que tais direitos adquiram visibilidade. Segundo Abramo (1997, p. 28), “Parece estar presente uma grande dificuldade de considerar os jovens como sujeitos, mesmo quando é essa a intenção”.

Considerações finais

Com base nos dados apresentados, podemos destacar alguns pontos importantes. O primeiro ponto, relativo às concepções de gestores e coordenadores, permite constatar que a associação das idéias “jovem como futuro adulto”, “idade de indefinições” e “fonte de problemas” conduz a uma percepção na qual se nega ao jovem o direito de vivenciar o presente. Não há futuro, a não ser o que está prestabelecido, ou seja, o de viver a condição adulta, com toda a carga presente e atual de obrigações sociais que esse termo carrega. Qualquer desejo fora da ordem social estabelecida, ou fora do caminho que o conduza ao “futuro adulto”, é visto como transgressão, como ausência de limites ou, no mínimo, como falta de orientação. Em outras palavras, é negado aos jovens o direito de práticas ou percepções diferenciadas do socialmente aceito. Quando tais práticas e percepções emergem, são identificadas como problemas cuja fonte reside na condição juvenil.

O segundo ponto refere-se ao entendimento de juventude cujo parâmetro principal é o ECA. Ao restringir a faixa etária aos 18 anos, esse instrumento gerou ações que desconsideram as especificidades da condição juvenil. O reordenamento jurídico advindo do ECA favoreceu sobremaneira a criação de políticas públicas ou de iniciativas da sociedade civil voltadas principalmente para as crianças e os adolescentes, deixando em segundo plano as discussões em torno das questões juvenis.

O terceiro ponto refere-se às percepções que esses profissionais têm do contexto em que estão inseridos. Em suas avaliações dos programas e dos projetos, expressam críticas que, muitas vezes, estão endereçadas ao Estado, já que este se omite ou mesmo impede o

caminho para a formação do “futuro adulto” por não estar cumprindo o seu papel, que é o de integração dos jovens à ordem social estabelecida. Tais críticas não percebem o seu próprio limite: o problema não está na melhor ou pior eficácia do Estado, mas sim na incapacidade de incorporar determinadas demandas sociais como direitos, especialmente no que diz respeito ao direito à participação.

Referências Bibliográficas

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda de Carvalho. **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, Ação Educativa, Fundação Friedrich Ebert, 2003.

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Página Aberta, 1994.

_____. Considerações sobre a tematização social sobre a juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, ANPED, n. 5-6, p. 25, 1997.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DE CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Estatuto da Criança e do Adolescente. Florianópolis, 1995.

DURAND, Olga Celestina da Silva. **Jovens da Ilha de Santa Catarina: sociabilidade e socialização**. São Paulo, USP, Tese de Doutorado em Educação, 2000.

DURAND, Olga Celestina da Silva; **SOUSA**, Janice Tirelli Ponte de. **Experiências educativas juvenis: entre a escola e os grupos culturais**. Perspectiva, Núcleo de Publicações CED/UFSC, v.20, n. especial, jul./dez. 2002.

DURKHEIM, E. **Sociologia e filosofia**. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

GIOVANNE, Levi; **SCHMITT**, Jean Claude. **História dos jovens**. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LAGREE, Jean Charles. **Age, jeunesse et politiques publiques**. Paris, 1999. (mimeo)

LEFEBVRE, Henri. **La présence et l'absence: contribution à la théorie des représentations**. Paris: Casterman, 1980.

LIMA, Donizeti José. **Só sangue bom: construção de saberes e resistência cultural como expressões do protagonismo juvenil**. Florianópolis, UFSC, Dissertação de Mestrado, 2003.

MARGULIS, Mario. La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud. Buenos Aires: Biblos, 1998.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, ANPED, número especial, n. 5-6, p. 5,1997.

_____. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.** Petrópolis: Vozes, 2001.

OFFE, Claus. Problemas estruturais do Estado Moderno. Rio de Janeiro: **Tempo Brasileiro**, 1984.

PAIS, J. Machado. Culturas juvenis. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996.

QUAPPER, Klaudio Duarte. Juventud o juventudes? A cerca de como mirar e remirar a las juventudes de nuestro continente. In: **Adolescencia e Juventud en América Latina.** Cartago, LUR: Libro Universitario Regional, 2001.

RUAS, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas.** Brasília: CNPD, 1998.